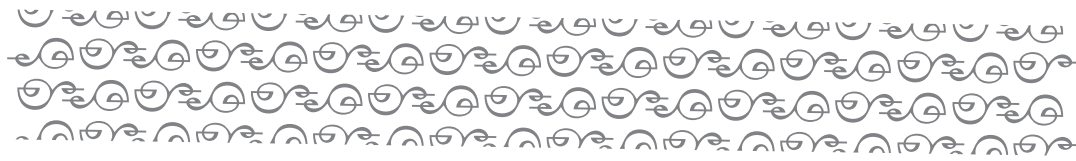




<http://bd.camara.leg.br>

“Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade.”



BUENO BRANDÃO

1858-1931

11.º Presidente da Câmara dos Deputados



PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

11

BUENO BRANDÃO *

Em outubro de 1930, com a revolução praticamente nas ruas, ouviu-se no Senado Federal uma voz que ousadamente discordava do pensamento da maioria. Votava-se o estado de sítio para grande parte do território nacional. A voz discordante era de Bueno Brandão. Aos setenta e dois anos de idade, não se aquietara êle num desses velhos que são a própria negação da mocidade desassombrada. Ao contrário: era o mesmo Bueno Brandão da frase com que enfrentara, “no meio do caminho da vida”, o todo-poderoso Pinheiro Machado: “Prefiro cair com Minas a cair em Minas”. A medida de exceção foi decretada. Bueno Brandão caiu com Minas, que, durante todo o período republicano, pela primeira vez sofria “os efeitos de um estado de sítio”. Os revolucionários vitoriosos quiseram proporcionar-lhe o “otium cum dignitate” de um cartório. Mais uma vez, o altivo mineiro disse “não”. Haveria de morrer pobre, quem nunca se aproveitou dos cargos públicos para, como tantos, colhêr vantagens e fazer fortuna. Dêle podemos dizer que foi, até o fim da vida, fiel às suas origens.

Nasceu no município de Ouro Fino, em 11 de julho de 1858. Foram seus pais o coronel Francisco de Paiva Bueno e D. Francisca de Paula Sanches. Exemplo perfeito do auto-didata, Júlio Bueno Brandão frequentou apenas uma escola: a de primeira letras. Muito cedo teve de trocar o banco escolar pelo balcão da loja de seu pai. Sua vocação, entretanto, não era o comércio, mas a política. Lia muito, nas horas vagas. Formou assim, aos poucos, a par de sólida cultura geral, uma especialização jurídica invejável. Tanto que, aos vinte e

* A Biblioteca da Câmara dos Deputados agradece a colaboração que, para o preparo desta biografia, recebeu do sr. Floriano Bueno Brandão.

um anos de idade, inscreve-se como solicitador do fôro da então comarca de Jaguari. Nomeado Juiz Municipal de Ouro Fino, em 1881, nesse mesmo ano requer e obtém provisão de advogado. Começa então a sua trajetória política, cercado de grande prestígio na zona sul de Minas Gerais. Em 1882 foi nomeado sub-delegado de polícia. No ano seguinte, elege-se vereador, continuando na Câmara Municipal até a proclamação da República.

Em 22 de janeiro de 1891, toma posse no cargo de presidente do Conselho de Intendência de Ouro Fino. Sua atuação neste cargo, para o qual foi nomeado pelo presidente Bías Fortes, merece um capítulo especial. Bueno Brandão deu vida nova ao município, que se estagnara com o fim da mineração. A administração municipal foi completamente reorganizada e as atividades culturais e artísticas estimuladas com a criação, em 14 de julho de 1891, da Associação Jornalística e Literária. Em 31 de janeiro de 1891 publicava-se o primeiro número da *Gazeta de Ouro Fino*, jornal ainda hoje em circulação. Em 31 de março de 1883, foram fundados o Instituto Municipal, estabelecimento de instrução primária, e a Escola Prática de Agricultura. Num país e numa época em que a instrução pública se caracterizava por um bacharelismo estéril, a criação de uma escola agrícola e o amparo aos imigrantes são provas eloquentes da lucidez e do realismo de Bueno Brandão. O autodidatismo salvou-o da oratória bacharelesca que turvou a ação de muitos políticos brasileiros do seu tempo. Construção de estradas, regulamentação do cemitério, urbanização da cidade, abastecimento de água potável, serviço telefônico, regimento da Câmara Municipal — estas foram algumas das iniciativas que recomendavam Bueno Brandão a uma cadeira no Congresso Mineiro. E com efeito, em 30 de julho de 1893, eis que êle se elege para a referida assembléia, trocando, então, Ouro Fino por Ouro Preto.

No Congresso Mineiro, Bueno Brandão foi líder, relator da Comissão de Orçamento e presidente da Comissão de Assuntos Municipais, matéria em que a sua competência era respeitada por todos, por ser “de experiências feita”, como o saber louvado por Camões. Na verdade Bueno Brandão levava para a Comissão de Assuntos Municipais os conhecimentos testados numa administração coroada pelo mais completo êxito. O parlamento estadual é, como assinala Afonso Arinos de Melo Franco, uma espécie de noviciado político. Antes mesmo de completar êsse noviciado, Bueno Brandão transfere-se para o amplo cenário nacional, indo ocupar, em 6 de agosto de 1893, uma cadeira no Senado Federal, vaga com a renúncia de Fernando Lôbo. Reeito em 31 de dezembro de 1899, Bueno Brandão logo

conquistou a confiança de seus pares, que o fazem 2.º secretário da Câmara Alta. Uma das preocupações do senador Bueno Brandão foi a reforma eleitoral. Tomou parte saliente na discussão da lei Rosa e Silva, batendo-se, como disse, por “uma lei eleitoral capaz de garantir a verdade da vontade nacional” (7). Para alguns, o Senado Federal representa como que o coroamento das lides políticas. Aos 42 anos de idade, Bueno Brandão não podia, nem de longe, pensar nisto. Sua meta era, então, a presidência de Minas Gerais, menos por ambição pessoal do que pelo desejo de servir mais de perto à sua querida província. Candidata-se à vice-presidência do Estado, na chapa encabeçada por João Pinheiro. Elege-se em 7 de março de 1906, mas continua no Senado. Com a morte de João Pinheiro, eis que ele se torna presidente de Minas Gerais, tendo assumido o governo em 27 de novembro de 1908.

A substituição não era fácil, tanto pelas qualidades de João Pinheiro como pela agitação que sua morte desencadeou. Mas Bueno Brandão revelou-se “the right man in the right place”. Conduziu com elevado espírito, o problema sucessório, afinal resolvido com a candidatura Wenceslau Braz, que tomou posse em 3 de abril de 1909. Estava salva a embarcação e os mineiros souberam recompensar o timoneiro, elegendo Bueno Brandão para presidente do Estado no quadriênio seguinte (1910-1914). Dentre os pontos altos de sua administração, destaca-se a Lei n. 546, de 27-9-1910, logo cognominada Lei Bueno Brandão, garantindo o empréstimo aos municípios, para instalação de luz elétrica, abastecimento de água e esgotos. Também merecem destaque o desenvolvimento da instrução pública, em todos os níveis, a reorganização do serviço de identificação e da Imprensa Oficial.

Bueno Brandão estava, em 1913, no auge do seu prestígio político. Sua famosa frase — “Prefiro cair com Minas a cair em Minas” — transforma-se, como observa Costa Pôrto, num verdadeiro programa. Espezinhados com a atitude de Pinheiro Machado, queimando a candidatura de Francisco Sales, todos os mineiros se agrupam em torno do seu Governador. A cidade de Ouro Fino entra na história, como cenário do famoso pacto pelo qual mineiros e paulistas firmam posição contra a candidatura do Catete. Vem depois o veto formal do Partido Republicano Mineiro, desafiando as iras do Marechal Hermes e de seu líder incontestado no Congresso.

Com Wenceslau Braz na presidência da República. Bueno Brandão deixa o Governo de Minas Gerais, em setembro de 1914, sucedido por Delfim Moreira, seu Secretário de Interior. Seguem-se alguns anos de ostracismo voluntário. Na terra natal, como que procura

retemperar as forças. Em 1916, candidata-se ao Senado Estadual, sendo eleito em 29 de outubro. Em 1919, volta ao Rio de Janeiro, como Deputado Federal, na 2.^a Sessão da 10.^a Legislatura. Segundo Guerino Casasanta, esta foi uma das fases mais gloriosas de sua vida pública. (59).

Presidente da Comissão de Finanças e líder da maioria, seus pares o elegeram presidente da Câmara, em 28 de maio de 1920. Foi o último da série de quatro mineiros que ocuparam este posto. Série iniciada com Carlos Peixoto e continuada com Sabino Barroso e Astolfo Dutra. Teve, como presidente, uma constante preocupação: a de dar andamento rápido aos projetos de interesse nacional, como a reforma das tarifas alfandegárias, os códigos de contabilidade, do trabalho e legislação social, a lei de meios, etc. Para isto, reformou-se o Regimento Interno e deu-se nova organização aos serviços da Secretaria. Em 16 de maio de 1921, preside pela última vez os trabalhos da Câmara, que elegeu, nessa data, o paulista Arnolpho de Azevedo.

Voltou à liderança de sua bancada e às lutas políticas. Empenhou-se em nova eleição presidencial, muito contribuindo para o sucesso da candidatura Artur Bernardes. Mas sem jamais esquecer-se dos seus deveres parlamentares. Os *Anais da Câmara dos Deputados* aí estão com os discursos por ele pronunciados nessa época. Sem falar no trabalho silencioso, mas igualmente profícuo, das comissões técnicas.

Terminado o mandato de deputado, Bueno Brandão volta ao Senado Federal, em 1924. Na Câmara Alta vão decorrer os últimos anos de sua carreira política. Mas nem por serem os últimos foram os menos vibrantes, como já vimos pelo episódio da votação do estado de sítio. Continuava a ser, como lembrou Costa Rêgo, “o líder por excelência, nas tormentas”. Já recordamos a sua posição desassombrada, em outubro de 1930. O discurso de 4 de outubro foi, como escreve Guerino Casasanta, o seu “canto de cisne”. Bueno Brandão morreu em 21 de março de 1931. A Câmara dos Deputados soube ser grata a seu antigo presidente, dando-lhe o nome a uma das salas do Palácio Tiradentes. No Estado de Minas Gerais, dois municípios atestam a gratidão dos conterrâneos: o de Bueno Brandão (resultante do desmembramento do distrito de Campo Místico) e de Buenópolis (formado por distritos desmembrados de Diamantina).

REFERÊNCIAS

ACD = Anais da Câmara dos Deputados

ASF = Anais do Senado Federal

DCN = Diário do Congresso Nacional

A) Alguns discursos de Bueno Brandão

- 1 — Vencimentos do auditor de guerra (26-12-1900). *ASF*, 1900, v. 4, p. 849-850.
- 2 — Resposta ao senador Antônio Azeredo (26-3-1901). *ASF*, 1901, v. 2, p. 613-617.
- 3 — Pretensão dos funcionários do Correio do Rio Grande do Sul (30-9-1901). *ASF*, 1901, v. 3, p. 212-213.
- 4 — Vencimentos do auditor de guerra (11 e 12-12-1901). *ASF*, 1901, v. 4, p. 505-507 e 511-512.
- 5 — Orçamento da Receita (12-12-1902). *ASF*, 1902, v. 3, p. 346-347.
- 6 — Necrológio de Américo Lôbo Leite Pereira (2-10-1903). *ASF*, 1903, v. 2, p. 567.
- 7 — Projeto de reforma eleitoral (29-9-1904). *ASF*, 1904, v. 2, p. 547-552.
- 8 — Licença ao bacharel Carlos Domício de Assis Toledo (18-10-1905). *ASF*, 1905, v. 3, p. 265-266.
- 9 — Marca de propriedade de animais (23-10-1905). *ASF*, 1905, v. 3, p. 291-292.
- 10 — Modificações da lei eleitoral (28-10-1905). *ASF*, 1905, v. 3, p. 313-314.
- 11 — Eleição senatorial do Estado de Alagoas (19-11-1906 e 23-11-1906). *ASF*, 1906, v. 4, p. 110-111 e 235-246.
- 12 — Adiamento da eleição municipal (24-12-1906). *ASF*, 1906, v. 4, p. 948-949.
- 13 — Renúncia do deputado Vespúcio de Abreu à primeira vice-presidência da Câmara (16-7-1919). *ACD*, 1919, v. 2, p. 342-343.

- 14 — Reversão de oficiais reformados ao serviço ativo do Exército e da Armada (29-8-1919). *ACD*, 1919, v. 4, p. 591-598.
- 15 — Modificação do Regimento interno da Câmara, na parte relativa à elaboração dos orçamentos (1-9-1919). *ACD*, 1919, v. 5, p. 42-47.
- 16 — Fixação das forças de terra (16-10-1919). *ACD*, 1919, v. 8, p. 81-82.
- 17 — Regimento das duas Casas do Congresso, na parte relativa à elaboração dos orçamentos (11-11-1919). *ACD*, 1919, v. 10, p. 791-791-D.
- 18 — Orçamento da Viação (10-12-1919). *ACD*, 1919, v. 12, p. 748-760.
- 19 — Posse no cargo de Presidente da Câmara dos Deputados (29-5-1920). *ACD*, 1920, v. 1, p. 917-918.
- 20 — Pedido de demissão do 1.º secretário, sr. Raul Alves (13-6-1921). *ACD*, 1921, v. 3, p. 160-163.
- 21 — Prisão e transferência de oficiais do Exército e da Marinha (25-6-1921). *ACD*, 1921, v. 4, p. 91-94.
- 22 — Compra de material e combustível para a Central do Brasil (27-6-1921). *ACD*, 1921, v. 4, p. 121-124.
- 23 — Prorrogação da lei que fixa as forças de terra (4-7-1921). *ACD*, 1921, v. 5, p. 107-109.
- 24 — Veto presidencial à lei de fixação das forças de terra (5-7-1921). *ACD*, 1921, v. 5, p. 135-136.
- 25 — Crédito para pagamento de fornecimentos de carvão à Central do Brasil (7-7-1921). *ACD*, 1921, v. 5, p. 245-246.
- 26 — Medidas de emergência (15-7-1921). *ACD*, 1921, v. 5, p. 600-602.
- 27 — Substituição do Sr. Estácio Coimbra na Comissão de Finanças (27-7-1921). *ACD*, 1921, v. 6, p. 503-506.
- 28 — Adiamento da Exposição do Centenário (30-7-1921). *ACD*, 1921, v. 6, p. 721-728.
- 29 — Liderança da maioria (1 e 6-8-1921). *ACD*, 1921, v. 7, p. 25-28 e 297-301.

- 30 — Necrológio de Levindo Ferreira Lopes (8-8-1921). *ACD*, 1921, v. 7, p. 310-311.
- 31 — Substituição definitiva de membro da bancada fluminense na Comissão de Podêres (18-8-1921). *ACD*, 1921, v. 8, p. 244-247.
- 32 — Homenagem da Câmara à memória de Pinheiro Machado (8-9-1921). *ACD*, 1921, v. 9, p. 419-420.
- 33 — Candidaturas presidenciais (10-9-1921). *ACD*, 1921, v. 9, p. 629-645.
- 34 — Taxa de viação (16-9-1921). *ACD*, 1921, v. 10, p. 176-182.
- 35 — Tribunais regionais (29 e 30-9-1921). *ACD*, 1921, v. 11, p. 445 e 474-475.
- 36 — Tribunais regionais (6-10-1921). *ACD*, 1921, v. 12, p. 293-295.
- 37 — Cartas falsas atribuídas pelo *Correio da Manhã* ao presidente Artur Bernardes (6 e 14-10-1921). *ACD*, 1921, v. 12, p. 457-459 e 711-714.
- 38 — Incidentes na chegada do presidente de Minas Gerais ao Rio de Janeiro (17-10-1921). *ACD*, 1921, v. 13, p. 40-43.
- 39 — Liberdade de tribuna (18-10-1921). *ACD*, 1921, v. 13, p. 102-106.
- 40 — Censura policial à imprensa (27-12-1922). *ACD*, 1922, v. 18, p. 206-208, 393-398 e 452-461.
- 41 — Tramitação do projeto que dispõe sobre pagamento de gratificação a funcionários públicos (27-7-1923). *ACD*, 1923, v. 4, p. 558-560 e 567-568.
- 42 — Necrológio de Justiniano de Serpa (1-8-1923). *ACD*, 1923, v. 5, p. 31-33.
- 43 — Homenagem ao ex-presidente Epitácio Pessoa (9-8-1923). *ACD*, 1923, v. 5, p. 186-187.
- 44 — Situação financeira e depressão da taxa cambial. Ação administrativa do sr. Artur Bernardes (24 e 30-8-1923). *ACD*, 1923, v. 6, p. 169-185 e 614-621.
- 45 — Homenagens póstumas ao Marechal Hermes da Fonseca (10-9-1923). *ACD*, 1923, v. 7, p. 469.

- 46 — Situação financeira do país (23-10-1923). *ACD*, 1923, v. 10, p. 213-222.
- 47 — Restabelecimento da paz no Rio Grande do Sul (17-12-1923). *ACD*, 1923, v. 13, p. 388-390.
- 48 — Orçamento da Fazenda (29-12-1923). *ACD*, 1923, v. 14, p. 676-678.
- 49 — Agradecimento da liderança da maioria (31-12-1923). *ACD*, 1923, v. 15, p. 849-851.
- 50 — Necrológio de Raul Soares de Moura (5-8-1924). *ASF*, 1924, v. 4, p. 76-79.
- 51 — Congratulações ao almirante Alexandrino de Alencar (12-11-1924). *ASF*, 1924, v. 7, p. 189.
- 52 — Imunidades parlamentares dos intendentos municipais (15-6-1926). *ASF*, 1926, v. 2, p. 21-29.
- 53 — Cobrança da taxa ouro (15-7-1926). *ASF*, 1926, v. 3, p. 362-363.
- 54 — Embaixada acadêmica a Portugal (23 e 24-7-1926). *ASF*, 1926, v. 3, p. 561-563 e 581-583.
- 55 — Necrológio de Eugênio Rodrigues Jardim (26-7-1926). *ASF*, 1926, v. 3, p. 589-591.
- 56 — Necrológio de Lauro Muller (31-7-1926). *ASF*, 1926, v. 3, p. 837.
- 57 — Política mineira (18-11-1929). *DCN*, 29 nov. 1929, p. 5.528-5.535.
- 58 — Contra a decretação do estado de sítio (4-10-1930). *DCN*, 5 out. 1930, p. 3.951.

B) Sobre Bueno Brandão

- 59 — CASASANTA, Guerino. Correspondência de Bueno Brandão. Belo Horizonte [s. ed.] 1958. 494 p.
- 60 — COSTA PÔRTO, José da. Pinheiro Machado e seu tempo; tentativa de interpretação. Prefácio de Munhoz da Rocha. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1951. xxviii, 325 p.
- 61 — DUNSHEE DE ABRANCHES, João. Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brazil ... São Paulo [s. ed.] 1918, v. 1, p. 618.